REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

PUBLIC POLICIES TO ENCOURAGE FAMILY FARMING AS A WAY TO PROMOTE SUSTAINABLE ACTIVITIES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A LA AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE PROMOVER ACTIVIDADES SOSTENIBLES

Matheus Vinicius Vidal de Andrade
Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro-BA, Brasil
E-mail: matheus2vandrade@gmail.com

Michely Correia Diniz
Doutora em Biotecnologia, Professora na Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro-BA, Brasil
E-mail: michely.diniz@univasf.edu.br

Resumo

O crescimento populacional provoca uma série de acontecimentos, entre estes é possível destacar o aumento na produção de alimentos, como forma de atender a demanda da sociedade. É preciso então considerar o papel dos agricultores familiares no desenvolvimento dessa cadeia alimentar, e também fortalecendo a distribuição de alimentos para comunidades circunvizinhas. Ademais, é necessário considerar o papel desses produtores rurais de base agroecológica para a fixação do homem, além disso é possível atribuir a produção como sendo mais sustentável e saudável do que a utilizada pelas atividades agrícolas convencionais, estas que costumam utilizar defensivos agrícolas. O objetivo dessa pesquisa é investigar o panorama de incentivo das políticas públicas no Brasil que fortaleçam a agricultura familiar para o desenvolvimento alimentar saudável da população. Foi realizada uma revisão bibliográfica com a natureza quali-quantitativa, utilizados como instrumentos de pesquisa a Plataforma da Scielo e do Periódico da Capes. Para tanto foi construída uma matriz analítica para um maior delineamento da pesquisa, como forma de realizar o cruzamento dos achados da pesquisa com o propósito quantificar e categorizar. Os resultados apontaram que já existem políticas públicas de incentivo à agricultura familiar do governo federal e que estas trazem benefícios para comercialização dos produtos, geração de renda e participação social. Entretanto, ainda é possível encontrar dificuldade em participar dos programas pelos pequenos agricultores, devido a burocratização, quantidade de documentos e as formalizações necessárias. Considera-se a necessidade da formação dos pequenos agricultores rurais, pois essa atividade quando realizada com base agroecológica pode permitir o desenvolvimento da segurança alimentar e da participação social desses indivíduos.

Palavras-chave: propriedade rural; agroecologia; hábitos alimentares.

Abstract

Population growth triggers a series of events, among which the increase in food production stands out as a way to meet societal demand. It is therefore necessary to consider the role of family farmers in the development of this food chain, and also in strengthening the distribution of food to surrounding

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

communities. Furthermore, it is necessary to consider the role of these agroecological rural producers in keeping people in the area, and their production can be considered more sustainable and healthy than that used by conventional agricultural activities, which often use pesticides. The objective of this research is to investigate the landscape of public policy incentives in Brazil that strengthen family farming for the healthy food development of the population. A qualitative-quantitative literature review was conducted, using the SciELO platform and the CAPES Periodicals database as research instruments. To this end, an analytical matrix was constructed to better delineate the research, in order to cross-reference the research findings with the purpose of quantifying and categorizing them. The results indicated that federal government policies already exist to incentivize family farming, and that these policies bring benefits to product marketing, income generation, and social participation. However, small farmers still face difficulties participating in these programs due to bureaucracy, the amount of paperwork, and the necessary formalization processes. The need for training for small rural farmers is considered, as this activity, when carried out using agroecological principles, can promote food security and social participation for these individuals.

Keywords: family farming; agroecology; eating habits.

Resumen

El crecimiento poblacional desencadena una serie de eventos, entre los que destaca el aumento de la producción alimentaria como forma de satisfacer la demanda social. Por lo tanto, es necesario considerar el papel de la agricultura familiar en el desarrollo de esta cadena alimentaria y en el fortalecimiento de la distribución de alimentos a las comunidades circundantes. Además, es necesario considerar el papel de estos productores rurales agroecológicos en la permanencia de la población en la zona, y su producción puede considerarse más sostenible y saludable que la de las actividades agrícolas convencionales, que a menudo utilizan pesticidas. El objetivo de esta investigación es investigar el panorama de los incentivos de políticas públicas en Brasil que fortalecen la agricultura familiar para el desarrollo alimentario saludable de la población. Se realizó una revisión bibliográfica cualitativa y cuantitativa, utilizando la plataforma SciELO y la base de datos de publicaciones periódicas de CAPES como instrumentos de investigación. Para ello, se construyó una matriz analítica para definir mejor la investigación y cruzar los hallazgos con el fin de cuantificarlos y categorizarlos. Los resultados indicaron que ya existen políticas del gobierno federal para incentivar la agricultura familiar y que estas políticas benefician la comercialización de productos, la generación de ingresos y la participación social. Sin embargo, los pequeños agricultores aún enfrentan dificultades para participar en estos programas debido a la burocracia, la cantidad de trámites y los procesos de formalización necesarios. Se considera la necesidad de capacitar a los pequeños agricultores rurales, ya que esta actividad, al implementarse con principios agroecológicos, puede promover la seguridad alimentaria y la participación social de estas personas.

Palabras clave: agricultura familiar; agroecología; hábitos alimentarios.

1. Introdução

A curva de crescimento populacional traz uma série de alertas, principalmente no que se refere ao surgimento de questionamentos sobre o aumento de consumo de bens e serviços no mundo e as suas consequências para o meio ambiente (Almeida; Ceretta; Froemming, 2020). Há um outro fator que deve ser levado em consideração, que se trata da mudança das pessoas do meio rural

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

para o meio urbano, transformando-se no fenômeno da urbanização, afetando assim as mudanças de comportamento no processo de consumismo (Côrtes; Silva Junior, 2021).

A urbanização acaba provocando transformações no estilo de vida populacional, principalmente por conta da industrialização, pois devido a necessidade de expansão das atividades para atender a demanda da sociedade, algumas mudanças são provocadas no que se refere à qualidade ambiental. Visto que para o desenvolvimento desse processo algumas consequências são evidenciadas, tais como: aumento nas mudanças em paisagens naturais, poluição e a produção de alimentos sem base agroecológica (Capistrano, 2022).

O crescimento populacional e a urbanização provocam uma maior produção e consumo de alimentos industrializados, principalmente quando se refere a praticidade em consumir esse tipo de produto. Assim sendo, é possível destacar os prejuízos desse excesso de produção ao meio ambiente, devido algumas matérias primas utilizadas e a poluição provocada durante o processo de desenvolvimento realizado na indústria (Bezerra; Marques; Souza, 2020).

O aumento da produção alimentar no mundo não implica necessariamente que todos os indivíduos da sociedade tenham condições igualitárias de acesso, visto que grande parte da sociedade ainda não tem acesso a comida de modo a ter uma vida saudável e ativa. Com isso é possível apontar cada vez mais cedo a uma alimentação desequilibrada, corroborando para uma desordem no estado nutricional, sem os nutrientes necessários para cada indivíduo (Fachinello; Saath, 2018).

Ao considerar os efeitos nocivos que o processo de produção alimentar oriundos das indústrias podem trazer para o meio ambiente, é preciso também entender os prejuízos ambientais que a agricultura convencional oferece, principalmente quando relacionada ao uso excessivo de agrotóxicos. Segundo Lara et al. (2019) o panorama brasileiro quanto ao uso de produtos nocivos para o controle de doenças e pragas nas plantas é alarmante. Principalmente ao considerar que vários países do mundo já proíbem certos tipos de insumos e o Brasil ainda continua utilizando alguns destes, mesmo que comprovada as

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

consequências para a saúde ambiental e humana.

Há de considerar uma outra forma de produção alimentar, que é através da pequenos produtores rurais, sendo caracterizados por produções que não possuem grandes investimentos financeiros. Este tipo de empreendedor rural é responsável significativamente pela oferta interna de alimentos para a população, podendo ser uma alternativa de mitigar as ações contra o meio ambiente, caso sejam adotadas medidas agroecológicas. São considerados agricultores familiares, aqueles grupos de trabalho formados por pessoas do próprio núcleo familiar (Lima; Iwata; Silva, 2019).

O conceito de agricultor familiar é atribuído para aquele produtor rural que realiza atividade de campo realizada em pequenas propriedades, com o propósito de realizar o abastecimento alimentar interno e promover a geração de emprego e renda dentro do próprio núcleo familiar (Aquino; Alves; Fátima, 2020). Com o propósito de fortalecer essa atividade, foi criada a lei 11.326 (Brasil, 2006), como forma de instrumentar os pequenos produtores que exercem atividade rural, a fim de caracterizar quem pode ser considerado agricultor familiar. Entre as regras, é possível destacar que os empreendimentos não podem ter mais de quatro módulos fiscais e a mão de obra predominante deve ser da própria família.

O consumo de alimentos oriundos de agricultores familiares segue como alternativa viável para uma alimentação saudável e voltada para a preservação ambiental. Para que isso ocorra, é necessário que se utilize uma produção com base agroecológica, na qual se busca desenvolver uma agricultura sustentável sem o uso de defensivos agrícolas, consistindo na técnica de cultivos de plantas que preservem os recursos naturais e que sejam socialmente justos e viáveis de aplicação (Altieri, 2002).

Assim sendo, devem existir políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, como forma de consolidar estratégias que permitam a disseminação de práticas agroecológicas na produção alimentar. É necessário o agir do poder público, através da construção de políticas que busquem a formulação de propostas e métricas que fortaleçam essa atividade. Para isso é possível destacar a criação nos últimos 30 anos das Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

(PPAF), tais como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo basicamente relacionados ao apoio financeiro e incentivo a produção e comercialização (Leite F.; Leite S., 2022).

A busca pelo estímulo de participação dos Agricultores Familiares nas políticas de governo fortalece o desenvolvimento da atividade da classe e proporciona o surgimento de novas oportunidades e recursos para o trabalho no campo. Como é o caso que ocorre no processo do PNAE, que fomenta a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para as unidades escolares de ensino no âmbito municipal e estadual, fortalecendo circuitos locais e regionais e redes de comercialização (Alves; Troian; Vasconcelos, 2022).

Ao tratar da sistematização das atividades realizadas pelo PNAE, é necessário evidenciar o papel de ligação entre Secretarias de Educação municipais, estaduais e federais na compra de 30% da merenda escolar que é oriunda da agricultura familiar. Esse processo vem a fortalecer o comércio realizado pelos pequenos produtores rurais, todavia é necessário estimular uma maior participação nesse tipo de política.

Em que medida os programas de incentivo podem contribuir para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e os rebatimentos para a produção alimentar com base agroecológica e sustentável?

Então o objetivo deste estudo foi investigar o panorama de incentivo de políticas públicas no Brasil que fortalecem a agricultura familiar, como forma de identificar as diferentes frentes de promoção de hábitos alimentares saudáveis ecológicos. Justifica-se esse estudo a partir do entendimento acerca das dificuldades postas aos pequenos agricultores para o desenvolvimento de suas atividades no campo, referentes a escassez de recursos econômicos e a falta de apoio de políticas públicas.

2. Metodologia

Foi realizada uma revisão bibliográfica com a natureza quali-quantitativa, que consiste em um aprofundamento da compreensão social, não se atrelando a fatores

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

numéricos, de acordo com os apontamentos de Gerhardt, e Silveira (2009). Sendo uma forma de realizar o tratamento dos achados da pesquisa por meio de um estudo descritivo de revisão de literatura específica e atual. De forma que estes possam subsidiar a construção de conhecimentos que levem o pesquisador a compreender determinado tema ou problema.

2.1 Ferramentas de Busca e Parâmetros Utilizados

Foi realizada uma busca sistematizada da literatura no ano de 2026, utilizando as bases de dados SciELO e Periódicos CAPES. A estratégia de busca combinou os seguintes descritores e operadores booleanos: TS= ("agricultura familiar" OR "family farming") AND ("políticas públicas" OR "public policies") AND ("PAA" OR "PNAE" OR "PRONAF"). Foram aplicados os filtros: publicações entre 2021 e 2026, nos idiomas português e inglês, e tipos de documento (artigo, dissertação, tese). O Quadro 1, apresenta detalhadamente os descritores e operadores utilizados nas buscas.

Quadro 1 - Parâmetros de busca do estudo prospectivo.

Tipos de elementos de busca	**Descrição dos elementos de busca**
Temáticas	Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Agroecologia
Palavras-Chaves	● Agricultura Familiar; ● Política Pública; ● PAA; ● PNAE; ● PRONAF;
Operadores aplicados às palavras-chaves	● OR (operador booleano de disjunção) ● * (operador de trucagem)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

2.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão trazem produções que abordam diretamente o PRONAF, PAA ou PNAE; estudos empíricos ou teóricos sobre o impacto dessas políticas; trabalhos que relacionam agricultura familiar, segurança alimentar e/ou sustentabilidade.

Já os critérios de exclusão se referem a editoriais, resenhas, anais de conferência; estudos focados apenas em outros tipos de política pública; artigos que mencionaram as políticas de forma tangencial sem análise aprofundada.

2.3 Análise dos achados da Pesquisa

Os achados da pesquisa surgiram com base nas buscas realizadas nos periódicos científicos, foram tratados por meio de uma análise científica, seguindo com propósito de analisar os estudos por meio de técnicas e análise estatística descritiva do tipo percentual (Rezera, 2016). A primeira etapa da pesquisa foi identificar a quantidade de produções científicas publicadas referente a temática do estudo entre os anos de 2021 e 2026 e seus respectivos objetivos, posteriormente o estudo parte para realizar uma análise e caracterização dos trabalhos encontrados (Bilar; Coutinho, 2021).

A análise do quantitativo de estudos científicos, foi realizada por meio da busca de descritores, tais como: “crescimento populacional”; “degradação ambiental”; “Alimentos Industrializados”; “políticas públicas e agricultura familiar”; “agricultura familiar” e a “alimentos agroecológicos”.

As buscas foram refinadas, a fim de delimitar o campo de atuação da pesquisa e de considerar os trabalhos com maior relação com o objeto de estudo. Para isso, foi criada uma matriz analítica que faz os cruzamento dos achados da pesquisa com o propósito quantificar e categorizar os trabalhos que se relacionam com o título do estudo, objetivos, metodologia e público alvo (Coutinho, et al., 2012).

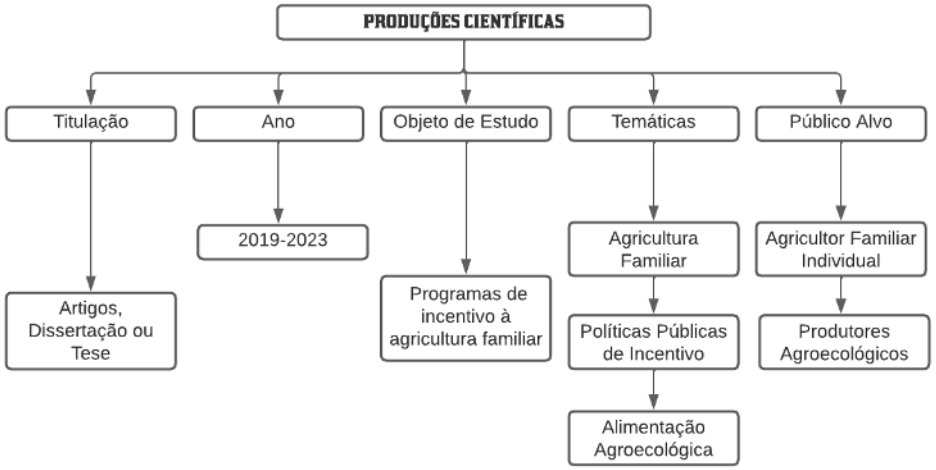
Para a análise dos estudos selecionados, foi construída uma matriz analítica 1) Referência completa (autores, ano, título); 2) Objetivo do estudo; 3) Política pública analisada (PRONAF, PAA, PNAE ou mais de uma); 4) Metodologia empregada

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

(qualitativa, quantitativa, mista); 5) Principais resultados (benefícios e dificuldades apontadas); 6) Relação com a agroecologia (explícita, implícita, ou não abordada). A categorização foi realizada manualmente pelos autores, com base na leitura integral dos artigos. A análise quantitativa (percentuais) foi operacionalizada contando a frequência de artigos em cada categoria (ex.: número de artigos que citam o PNAE)." Para isso, foi criada uma matriz analítica que faz os cruzamento dos achados da pesquisa com o propósito quantificar e categorizar os trabalhos que se relacionam com o título do estudo, objetivos, metodologia e público alvo (Coutinho, et al., 2012) a Figura 1 detalha esse processo:

Figura 1: Matriz Analítica das Produções Científicas



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Coutinho et al. (2012).

3. Revisão da Literatura

As duas etapas da pesquisas foram consideradas para discussão, inicialmente abordando a perspectiva quantitativa e a posteriori a qualitativa. Os dados apresentados no Tabela 1 detalham o quantitativo de trabalhos científicos encontrados de acordo com suas respectivas descritores:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

Tabela 1: Resultado da busca quantitativa realizada na Plataforma da Scielo

Descritores	Quantidade Encontrada
“degradação ambiental”;	134 trabalhos
“Alimentos Industrializados”;	131 trabalhos
“políticas públicas e agricultura familiar”;	70 trabalhos
“agricultura familiar”;	333 trabalhos
“alimentos agroecológicos”:	20 trabalhos

Fonte: Elaborado pelo autor.

A busca realizada tinha o propósito de relacionar os possíveis elementos predominantes em políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, como forma de identificar o quantitativo de trabalhos publicados acerca de cada temática. Destaca-se que ao tratar especificamente de políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar, pois dos estudos analisados, observou-se uma concentração de publicações a partir de 2020, possivelmente refletindo um interesse acadêmico crescente no tema pós-pandemia. A Tabela 1 detalha a frequência com que cada política pública (PRONAF, PAA, PNAE) foi o foco principal dos estudos.

Ao sistematizar um dos propósitos da pesquisa em investigar quantitativamente os descritores: “políticas públicas para a agricultura familiar” e a “produção de alimentos agroecológicos”, pode-se apontar uma baixa produção científica para essa relação de temáticas. Entretanto, ao buscar de forma isolada somente pelo descritor: “agricultura familiar” já se percebe um número de trabalhos relativamente alto quando comparado com os demais presentes na tabela 1.

3.1 Crescimento populacional e a sua relação com a Degradação Ambiental

Destaca-se que o crescimento populacional possui relação direta e indireta com a degradação ambiental, principalmente ocasionada pela urbanização, desenfreada, estas que seguem em ritmo de ocupação de áreas verdes sem a devida

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

solução ambiental (Filho Lima et al., 2021). Assim sendo, o Quadro 2, aborda de forma detalhada com base em teóricos que abordam as diferentes perspectivas para a relação e consequências desse crescimento populacional para a preservação do meio ambiente:

Quadro 2: Consequências do crescimento Populacional

Consequências	Base Teórica
Modificação dos elementos da natureza	Os fatores sociodemográficos relacionados ao crescimento populacional têm impacto direto na manutenção de áreas verdes nas cidades (Almeida et al., 2020).
A expansão da urbanização e da industrialização	Os fenômenos da urbanização e da industrialização podem provocar diferentes efeitos, principalmente no que se refere aos danos provocados ao meio ambiente (Engler; Filho Hélio, 2019).
A mudança do consumo e da produção de bens diversos	O consumismo adotado pela sociedade atual traz consequências altas para o meio ambiente, pelo fato da produção da matéria-prima e materiais poluentes utilizados (Martins; Ribeiro, 2021).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que diversas consequências em relação ao crescimento populacional, principalmente quando se ocorre um excesso de concentração dentro do meio urbano, acarretando a urbanização. Processo esse que é considerado quando há uma mudança de indivíduos do meio rural para os centros urbanos, e, quando isso acontece sem um planejamento adequado, surgem algumas consequências negativas, entre estas: uma maior degradação ambiental, originada a partir do aumento do desmatamento, consumismo e poluição.

Nota-se que os autores Almeida et al. (2020) têm pensamentos que corroboram com que traz Martins e Ribeiro (2021), visto que os autores destacam a relação do crescimento populacional com o consumismo de bens e serviços. De modo que ao considerar um número maior de indivíduos nos centros urbanos, é possível pensar em uma série de consequências, a primeira delas é a necessidade de atingir a o aumento da demanda populacional com uma maior produção de matéria prima, algo que consequentemente já leva a uma relação com a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

industrialização a quantidade de poluentes liberados para atmosfera durante o processo de desenvolvimento.

3.2 Produção de Alimentos Industrializados e os Riscos para a Insegurança Alimentar Saudável

Alcantara et al. (2019) destacam a crescente no consumo de alimentos industrializados, possuindo as crianças e os adolescentes como público mais consumista. Os autores ainda atribuem a mídia como um grande incentivador desse tipo de alimentação, visto que esse tipo de produção alimentar contribui significativamente para o crescimento econômico.

Vale destacar que a legislação brasileira regulamenta a publicidade destinada a crianças e adolescentes, devida a facilidade que esse público tem em ser persuadido, de modo que a Resolução RDS nº 163 (Brasil, 2014) trata dos instrumentos de proteção e defesa de crianças e adolescente contra a violações de direitos facilitadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. Apesar dessas regulamentações, ainda é possível destacar que as mídias buscam utilizar medidas de divulgação que induzam à crescente no consumo de alimentos industrializados (Alcantara et al. 2019).

Há de considerar durante a produção de alimentos industrializados a alta adição de aditivos alimentares, para que possa ser mantida a qualidade dos produtos e também assegurar um maior prazo de validade. Assim sendo, as características físicas, químicas, biológicas provocadas por essas modificações podem apresentar possíveis riscos toxicológicos, principalmente para aqueles indivíduos que fazem a ingestão desse tipo de alimento de maneira mais frequente (Coelho; Santos, 2021).

O mundo ainda enfrenta problemas de desigualdades sociais e econômicas, que acabam resultando em uma insegurança alimentar em boa parte da população mundial, apesar da crescente de produção de alimentos nem todos os indivíduos têm acesso igualitário a uma alimentação nutricional digna. Almeida et al (2023) atribuem que o crescimento populacional geralmente é concentrado em áreas que têm um maior grau de insegurança alimentar, fator esse que acaba acarretando um maior desequilíbrio na cadeia de distribuição de alimentos.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

3.3. Agricultura Familiar e a Produção de Alimentos Sustentáveis

Ao tratar da agricultura familiar e a produção alimentar desenvolvida de forma sustentável, é necessário entender o conceito de desenvolvimento sustentável e quais os seus propósitos planejados para a Agenda 2030. É possível destacar que esse objetivo é atingido quando as demandas da sociedade são atendidas sem que haja prejuízo para as gerações futuras, de forma a relacionar as perspectivas de desenvolvimento em uma ótica econômica, social e ambiental (Fried, 2022).

A produção de alimentos ultraprocessados teve uma crescente durante a pandemia do Covid-19, contribuindo ainda mais pela piora na insegurança alimentar da população, fato esse provocado principalmente pela diminuição de renda populacional. Fatores esses que prejudicaram o trabalho realizado pelos agricultores familiares, atrelado também ao isolamento social em que grande parte das atividades foram proibidas, como exemplo, atividades realizadas em feiras livres, que são utilizadas como fonte de renda de parte dos agricultores familiares na produção de alimentos (Costa et al. 2020).

Schabarum e Triches (2019) abordam a perspectiva da Agricultura Familiar, e a necessidade de incentivo para o seu destaque no contexto brasileiro, para corresponder na produção de alimentos in natura do consumo local e externo. A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura convencional. A sua característica é a gestão da propriedade de maneira compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 67,0% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4.9 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste (IBGE, 2017). A representação desses dados demonstra ainda o fortalecimento da agricultura familiar, como forma de promoção na criação de renda e emprego na área rural, e, consequentemente, na comercialização de alimentos.

Nesta perspectiva, a agricultura familiar segue como alternativa viável de mitigação dos problemas da fome no Brasil, que também contribui com a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

preservação do meio ambiente, que vem sofrendo com as degradações ambientais provocadas pela grande curva de crescimento populacional e a urbanização. Assim sendo, a produção alimentar oriunda do campo, segue com base no uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas para a alimentação saudável e ao mesmo tempo sustentável (Alves; Troian; Vasconcelos, 2022).

É necessário entender que apenas o fato de ser agricultor familiar não retrata necessariamente que esse profissional trabalha com uma produção alimentar com base orgânica. Para caracterizar-se de fato como produtor agroecológico é preciso que as práticas agrícolas e as tecnologias utilizadas na produção sejam em primeiro momento seu a utilização de agrotóxicos, priorizando também a diversidade de culturas e espécies. De maneira a promover a biodiversidade local e a conservação do solo e água utilizando durante o exercício da atividade profissional (Batista; Stoffel, 2022).

É fundamental demarcar que a agricultura familiar e a agroecologia não são categorias sinônimas ou automaticamente sobrepostas. Conforme alertam Batista e Stoffel (2022), o agricultor familiar pode, e muitas vezes o faz, adotar práticas da Revolução Verde, com uso de insumos químicos e monocultivos. A transição para a agroecologia representa uma escolha técnica e política que envolve romper com o paradigma convencional. As políticas públicas, ao não diferenciarem claramente esses perfis em seus mecanismos de incentivo, podem acabar financiando tanto práticas sustentáveis quanto convencionais dentro do mesmo segmento, o que limita seu potencial de, de fato, promover uma transformação ecológica do sistema alimentar.

3.4 Políticas Públicas de Incentivo a Agricultura Familiar

As medidas socioeducativas adotadas em unidades de ensino necessitam trabalhar com práticas que incentivem o desenvolvimento da atividade da agricultura familiar. Com o propósito de relacionar esse contexto com o processo de transição agroecológica, ou seja, é preciso que os envolvidos no processo escolar adquirem uma perspectiva ecológica, para que estes sejam agentes de construção

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

socioeconômicas e socioambientais. Sendo as ferramentas tecnológicas uma das responsáveis pela otimização destes processos em ambientes acadêmicos, de forma que as Tecnologias Sociais (TS) podem ser aplicadas e replicadas em prol da resolução de um problema (Silva, 2022).

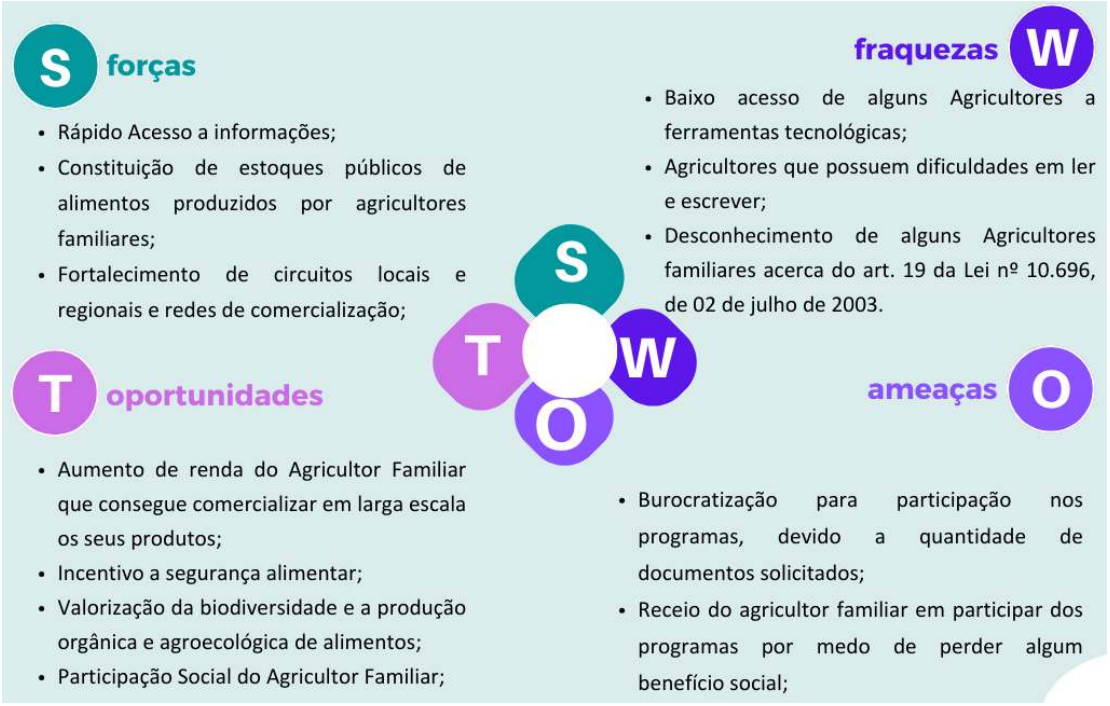
A agricultura, principalmente a familiar, é fonte de renda para diversas comunidades, além desse setor ser um dos que mais contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, sendo gerador de diferentes formas de emprego (Capellari; Colombo, 2022). Ademais, os produtores rurais individuais e de pequeno porte ainda buscam ganhar visibilidade, para que assim consigam melhorias econômicas e sociais. Para isso, é necessário pensar em políticas que incentivem o desenvolvimento das práticas realizadas pelos agricultores familiares, como forma de estimular a comercialização do que é produzido e consequentemente contribuir com a produção de base agroecológica.

Para sistematizar os achados da literatura sobre os desafios e potencialidades das políticas públicas, optou-se por utilizar a matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) como ferramenta analítica. Tradicionalmente aplicada ao planejamento estratégico, a SWOT permite uma visualização integrada de fatores internos (forças e fraquezas inerentes aos programas) e externos (oportunidades e ameaças do contexto socioeconômico e político), oferecendo um quadro síntese útil para a discussão (Costa Junior et al., 2021). Este tipo de matriz busca analisar os pontos internos e externos acerca de uma temática estudada, a fim de elencar em tópicos os 4(quatro) pontos principais destacados, conforme apresenta a Figura 2:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

Figura 2: Matriz *Swo*t acerca dos programas de incentivo a agricultura familiar



Fonte: Elaborado pelos autores.

É crucial reconhecer as limitações da matriz SWOT quando aplicada à análise de políticas públicas estruturais. Ao classificar problemas complexos como a 'Dependência de Políticas Públicas' como uma 'fraqueza', a ferramenta pode simplificar excessivamente tensões históricas e estruturais, como a assimetria de poder entre o agricultor familiar e o agronegócio, ou a própria instabilidade do financiamento estatal, que são, na verdade, 'ameaças' do ambiente externo profundamente enraizadas. Apesar dessa simplificação, a matriz serve como ponto de partida para uma discussão mais aprofundada sobre a implementação dessas políticas, que será realizada a seguir.

Segundo Cunha e Parente (2021) o compartilhamento das atividades relacionadas à produção rural pode ser dividido de forma equilibrada caso ocorram políticas públicas que estimulem essa divisão. Como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este que possui a finalidade de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, possuindo como ponto fundamental o incentivo da participação da mulher dentro desse contexto.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

Ao tratar do contexto de políticas públicas, é possível evidenciar o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento das atividades da agricultura familiar. Os benefícios para os empreendedores rurais que participam do programa são diversos, visto que é possível possibilitar uma maior comercialização dos produtos e consequentemente um fortalecimento das atividades do setor, relacionadas a geração de renda e participação social (Troian, 2020).

Evidencia-se que algumas dificuldades ainda são impostas para participação no PNAE, principalmente no que se refere a burocratização impostas aos agricultores familiares, no sentido do excesso de documentações requisitadas. Destaca-se também a dificuldade dos pequenos produtores rurais em atender as exigências no que se refere a formalização dos documentos, como é o caso da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), este que é necessário e precisa estar ativo e atualizado (Cheung et al., 2022).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado a partir do Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996, aborda a perspectiva de desenvolvimento sustentável do meio rural, através da agricultura familiar. É possível então fortalecer as atividades realizadas pelos produtores do campo, de modo a possibilitar uma maior capacidade produtiva e também promover a geração de empregos e a melhoria de renda (Montenegro; Silveira; Pereira, 2023). Ao considerar os programas do PRONAF, PAA e PNAE, foi criado o Tabela 2 para indicar os respectivos benefícios dos programas para o fortalecimento da agricultura familiar:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

Tabela 2: Benefícios das políticas públicas para a Agricultura Familiar

Descritor utilizado na busca	Benefícios para o Agricultor Familiar	Quantidade de trabalhos encontrados
"Programa Nacional de Alimentação Escolar e agricultura familiar";	Promove a inclusão produtiva e fortalece a comercialização dos produtos alimentícios e consequentemente contribui para geração de renda.	47 trabalhos encontrados.
"Programa de Aquisição de Alimentos e agricultura familiar";	Fortalece a criação de circuitos locais e regionais e redes de comercialização dos agricultores familiares.	36 trabalhos encontrados.
"Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar";	Promoção do desenvolvimento da atividade rural e a segurança alimentar.	25 trabalhos encontrados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se que o número de estudos acerca das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar ainda é baixo, em forma de artigo, dissertações de mestrado e tese de doutorado. Entretanto é possível destacar os benefícios das políticas públicas apresentadas para o fortalecimento da agricultura familiar, consequentemente fortalecendo as condições materiais, segurança alimentar e representação social do agricultor(a), mas para isso, os empreendedores rurais ainda enfrentam dificuldades para participar dos programas, pela dificuldade em cumprir os requisitos necessários impostos.

4. Considerações Finais

Esta revisão sistematizou a literatura recente sobre políticas públicas de incentivo à agricultura familiar no Brasil, indo além da descrição dos programas ao identificar, a partir da análise dos estudos, os principais gargalos na sua implementação, nomeadamente: a burocratização do acesso. Observou-se que,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

embora o crescimento populacional e a industrialização pressionem o meio ambiente e estimulem o consumo de alimentos ultraprocessados, a agricultura familiar, especialmente quando orientada por princípios agroecológicos, emerge como alternativa viável para a promoção da segurança alimentar e da sustentabilidade.

Desse modo, a agricultura familiar, quando utiliza técnicas de base agroecológica durante as produções, surge como forma de promover uma alimentação equilibrada e que mitiga impactos ao meio ambiente. Fator este que contribui diretamente com uma maior qualidade de vida da população que busca hábitos saudáveis.

Enquanto a literatura consolidada aponta os benefícios do PRONAF, PAA e PNAE para a comercialização, geração de renda e participação social dos agricultores familiares, este estudo contribui ao tensionar as contradições estruturais que emergem de sua operacionalização. A principal lacuna explorada foi a desconexão entre o desenho formal das políticas e sua efetividade prática, evidenciando como fatores contextuais, como a instabilidade política, as flutuações orçamentárias e a heterogeneidade da própria agricultura familiar, impactam os resultados. A matriz SWOT, apesar de suas limitações epistemológicas quando aplicada a políticas públicas estruturais, serviu como ferramenta sintética para organizar esses achados, desde que contextualizada criticamente.

Como limitação do estudo, aponta-se a restrição a duas bases de dados (SciELO e Periódicos CAPES) e o recorte temporal (2021-2026), que pode ter excluído análises longitudinais importantes sobre a trajetória histórica das políticas. Ademais, a natureza qualitativa da análise, apesar da sistematização adotada, não permite generalizações estatísticas sobre o impacto das políticas em escala nacional ou regional.

Recomenda-se como trabalhos futuros, estudos práticos através da pesquisa-ação, para que os pesquisadores possam adentrar em uma realidade que os agricultores familiares perpassam no dia a dia, e assim visualizam as suas reais

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

necessidades, principalmente no que se refere a dificuldade em participar dos programas de incentivo a agricultura familiar.

Referências

ALMEIDA, M. R. C.; CERETTA, S. B. N.; FROEMMING, L. M. S. Comportamento de consumo em meio a pandemia da covid-19. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020.

ALMEIDA, P. N. L. de .; CAVALCANTE, M. M.; SANTANA, L. S. G. de; REIS, R. B.; MELLO, M. M. C. .; VERDE, M. R. V. Urban expansion and reduction of green areas in Salvador/BA: the case of São Bartolomeu Park. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e1199106913, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.6913. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6913. Acesso em: 11 nov. 2023.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: AS-PTA/Agropecuária. 592p. 2002.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; FÁTIMA, V. M.. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 31-54, 2020.

ALMEIDA, G. N. P. D.; ÁLVARES, M.; AGOSTINI, K.; DOMENE, S.; CAMARGO, R. G. M.; CARVALHO, A.; SARAIVA, A. Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo. **Estudos Avançados**, v. 37, p. 181-206, 2023.

ALVES, M. M. D.; TROIAN, A.; VASCONCELOS, O. S.. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio Abierto. Cuaderno Venezolano de Sociología,** v. 31, n. 3, p. 23-41, 2022.

BASÍLIO, A. I. C.; SOUSA, D. D. A. Frequência de leitura e compreensão de rótulos de alimentos industrializados: uma revisão integrativa. 2020. 25f. Artigo (Graduação em Nutrição) – Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

BATTISTON, M. K.; BELLEZE, G.; BRITO, T. P.; PEREIRA, V. G. A produção da agricultura familiar atingida pela mineração na Região Central de Minas Gerais e os (des) caminhos do desenvolvimento rural em bases familiares. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, 2020.

BATISTA, C. L. R. STOFFEL, R. Agroecologia e produção orgânica: características que distinguem e/ou aproximam os sistemas de produção sustentáveis. – **Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 19, Edição especial (SOBER), 2022.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

BRASIL, RDC nº 163, de 13 de março de 2014. Dispõe sobre a Abusividade do Direcionamento de Publicidade e de Comunicação Mercadológica à Criança e Ao Adolescente.

BRASIL, Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 02/12/2023.

BILAR, J. G.; COUTINHO, R. X. Aspectos metodológicos no ensino de química: análise cienciométrica. **Educación química**, v. 32, n. 2, p. 88-97, 2021.

CARVALHO, V. N.; COUTO, A. N.; SEVERGNINI, C.; POHL, H. H.; VITIELLO, I. P. Consumo de alimentos processados/ultraprocessados e in natura por adultos e sua relação com o estado nutricional. **RBONE-Revista Brasileira De Obesidade, Nutrição E Emagrecimento**, v. 14, n. 84, p. 66-72, 2020.

CAPISTRANO, Gisele Bailich et al. Obesidade infantil e suas consequências: uma revisão da literatura. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 47-58, 2022.

CHEUNG, T. L.; GEORGES, C.; MAGALHÃES, A.; SCHNEIDER, S.; SILVA, W. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): percepções dos diretores das escolas estaduais do município de Campo Grande, MS. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 24, n. 1, p. 5-29, jan./mar. 2023.

COELHO, N.; MAYARA, M. O. S.; R. A. Presença de aditivos em alimentos voltados para o público infantil. **Revista Processos Químicos**, v. 15, n. 29, 28 out. 2021.

CÔRTES, J. C.; SILVA JÚNIOR, R. D. A Interface entre Desmatamento e Urbanização na Amazônia Brasileira. **Ambiente & Sociedade,** v. 24, 2021.

COSTA JÚNIOR, J. F. da .; BEZERRA, D. de M. C. .; CABRAL, E. L. dos S. .; MORENO, R. C. P. .; PIRES, A. K. S. . The SWOT Matrix and its Subdimensions: A Conceptual Innovation Proposal. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e25710212580, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12580. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12580. Acesso em: 01 dez. 2023.

COSTA, F. F.; ROSA, R. I.; DE PINHO, L. .; PEREIRA DIAS E SILVA, M. L. Pandemia da Covid-19: Impactos à Renda e ao Aumento do Consumo de Alimentos Ultraprocessados . **Revista Unimontes Científica**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 1–15, 2020. DOI: 10.46551/ruc.v22n2a04. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/3353. Acesso em: 28 fev. 2024.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

COUTINHO, R. X.; DÁVILA, E. S.; WENDEL, M. DOS S.; ROCHA, J. B. T.; SOUZA, D. O. G.; FOLMER, F. E PUNTEL R. L. **Brazilianscientificproduction in scienceeducation. Scientometrics**. 92. 2012.

DUTRA, G.; MALAGOLI, L. A construção de um hábito alimentar saudável desde a educação infantil. **Revista gepesvida**, v. 5, n. 10, 2019.

FACHINELLO, A. L.; SAATH, K. C. O. Crescimento da Demanda Mundial de Alimentos e Restrições do Fator Terra no Brasil. **Rev. Econ. Sociol.** Rural 56, Apr-Jun 2018.

FILHO HÉLIO, B.; ENGLER, H. B. R. Urbanização, Atividade Produtiva E Meio Ambiente: Um Estudo Sobre a Cidade Paulista de Franca. **Revista Sergipana de Educação Ambiental, [**S. l.], v. 6, n. 1, p. 69 a 78, 2019. DOI: 10.47401/revisea.v7i1.11677. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/11677. Acesso em: 11 nov. 2023.

FIGUEIREDO, D. C.; MACEDO, L. B.; RIEGER, P. G. Estudos críticos do discurso, interseccionalidades e mudanças sociais. **Ilha do Desterro**, v. 75, p. 09-13, 2023.

FILHO LIMA, A. A. de; SILVESTRIM, E. G.; VIEIRA, M. R. S.; SILVESTRIM, F. G.; LOPES, A. B. An insight into the environmental degradation caused by irregular occupations in green areas in the city of Manaus-AM. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 16, p. e290101623764, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.23764. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23764. Acesso em: 11 nov. 2023.

FRIED, R. Aumento populacional e degradação ambiental: a conta que não quer fechar. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro** nº 84, abr./jun. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8. Acesso em: 01/12/2023.

LARA, S. S.; LEÃO, C. L. H.; MACHADO, J. M. H.PIGNATI, W. A.; PIGNATTI, M. G. A agricultura do agronegócio e sua relação com a intoxicação aguda por agrotóxicos no Brasil. Hygeia: **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, n. 32, p. 1, 2019.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 22, n.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 28/03/2026
Vol: 13.04
DOI: 10.66104/32hp1345
Pages: 1-22

1, p. 50-68, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332. Acesso em: 1 dez. 2023.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. (In) segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 528-538, 2022.

MARTINS, J. D. A. D.; RIBEIRO, M. F. O consumismo como fator preponderante para o aumento da geração de resíduos sólidos e os impactos ambientais na saúde pública. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 123-152, jan./abr. 2021.

MONTENEGRO, R. L. G.; SILVEIRA, M. P. C.; PEREIRA, P. A. R. Pronaf e desenvolvimento rural: uma análise para minas gerais nos anos de 2006 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 62(2), e264581, 2023.

RAZERA, J. C. C. Contribuições da cienciometria para a área brasileira de Educação em Ciências. Ciência & Educação (Bauru), 22(3). 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/WrBb4N65R3g6HZKHqyzfcLt/?lang=pt. Acesso em: 30/11/2023.

SANTOS, K. H. JOSUÉ DE CASTRO: desenvolvimentismo e fome no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2021. DOI: 10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a778. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/778. Acesso em: 11 nov. 2023.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TROIAN, A.;TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. D.; PEREIRA, J. C. Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

SILVA, J. P. Horta Escolar: A Transição Agroecológica E A Sustentabilidade Através De Policultivos. **Revista Ciência Agrícola**, v. 20, n. Especial, p. e14534-e14534, 2022.